

Oswaldo Macedo – *Ciganos, Natureza e Cultura*, Rio de Janeiro, Imago Ed., 1992

1. Nunca como hoje se terá falado tanto em direitos humanos e no respeito pelas minorias (étnicas e outras). No entanto, como em quase tudo, também este campo se mostra avesso a valores absolutos, o que explica que determinadas questões sejam quase sempre relegadas para o fim da lista de prioridades. Uma dessas questões é claramente a do povo cigano.

Com efeito, se podemos encontrar nos sectores cultos uma certa simpatia de princípio relativamente a algumas das vertentes da sua cultura (a começar talvez pela música e por determinados rituais e festas), acontece que esse sentimento raramente se converte em algo de efectivo e duradouro. É verdade que em alguns países – sobretudo naqueles em que esta etnia tem uma representação mais forte – existem organizações sócio-culturais importantes com um apreciável volume de publicações sérias; mas mesmo aí o impacto junto do grande público é reduzido, mostrando-se insuficiente para a ultrapassagem da tradicional barreira da desconfiança. Provavelmente filmes como *O Tempo dos Ciganos* ou agrupamentos musicais como os *Gipsy Kings* conseguirão a este nível melhores resultados.

Bem pior é a situação em Portugal, onde o movimento associativo – depois de uma trémula fase embrionária, ligada essencialmente a grupos católicos – só agora começa a dar passos com um certo significado, como se pode ver por encontros como o que no Outono de 93 teve lugar no Porto, ou como o que no Verão do mesmo ano ocorreu na Feira Popular de Lisboa. De qualquer modo, se hoje, por exemplo, o projecto de construção de um bairro para ciganos já integra por vezes uma equipa multidisciplinar de especialistas que procura pensar cada casa em função das características idiossincráticas dos seus destinatários – problemas como o ocor-

rido em meados de 93 em Ponte de Lima não estão definitivamente afastados do horizonte.

Ao nível da investigação, a situação é ainda mais grave. Basta pensar que a bibliografia portuguesa sobre o assunto está praticamente limitada a dois estudos de fundo, que distam entre si cerca de um século: *Os Ciganos de Portugal*, de Adolfo Coelho, publicado em 1892, e *O Povo Cigano*, do antropólogo Olímpio Nunes, de 1981.

Embora ligeiramente melhor – o que se deve sobretudo a um maior interesse dos seus primeiros folcloristas e etnógrafos –, a situação do Brasil também deixa muito a desejar, pelo que trabalhos como o que iremos apreciar serão sempre úteis de uma maneira ou de outra.

2. O interesse da obra de Oswaldo Macedo estaria à partida garantido pela circunstância de se tratar da primeira que, no Brasil, foi escrita por um cigano. Acresce ainda que o seu autor, médico de profissão, é presidente honorário do Centro de Estudos Ciganos brasileiro. No entanto, e ainda que esse interesse não possa ser negado, o certo é que o livro apresenta limitações óbvias, fundamentalmente devidas aos equívocos que rodeiam tanto a intenção como o método que presidiram à sua elaboração.

Efectivamente, esta obra requer cuidados especiais de leitura. Oscilando entre uma orientação ensaística e uma orientação mais livre – que pode ser lírica como épica, como pode passar pela transcrição demorada de textos alheios (ensaios, artigos de jornal...) – este livro não permite a confortável distância que o leitor de ensaios está habituado a encontrar. Recusando desde o início uma postura serena e objectiva, Oswaldo Macedo preferiu correr o risco de seguir uma estratégia afirmativa e testemunhal – ainda por cima pouco linear –, o que explica as hesitações e o carácter fragmentário que facilmente se detectam.

3. Essa orientação pode ser surpreendida de imediato a partir do título, que coloca o enfoque na avaliação do relacionamento do povo cigano com o binómio natureza / cultura. De facto, e embora passe em revista muitos aspectos do povo e da cultura cigana, o autor procura antes de mais mostrar que esse binómio nunca constituiu um problema para os ciganos. Mais ainda: de modo polémico – porque insuficientemente justificado – procura apresentar-nos este povo como praticante puro dos valores hoje defendidos pelos ecologistas. Alargando essa ideia, Macedo passa rapidamente a uma perspectiva pedagógica, propondo-nos o povo cigano como modelo, como *exemplum*, de uma vivência saudável, porque isolada de um todo social corrompido (o nosso) e convertida numa espécie de baluarte último de uma codificação que não desliga o indivíduo da família, nem permite que o trabalho constitua uma fonte de divisões ou de alienações.

Um dos textos usados como epígrafe é, a esse nível, muito claro: «No Brasil há mais de 7.000.000 *Meninos de Rua*, sem figurar, entre eles, *um* só descendente de ciganos (...)». Várias outras passagens – igualmente de carácter fragmentário – estão ao serviço desta mesma estratégia de definição por contraste do povo cigano. Sirva de exemplo o versículo de S. Lucas: «Considerai como crescem os lírios, eles não trabalham nem fiam» (p. 15). Ou então reflexões deste tipo: «Os ciganos vêm com as mãos, até as estruturas, mas olham com os ouvidos. Até as paisagens...» (p. 20); «O poder e o saber dos nossos antepassados, a autoridade dos nossos velhos e os tempos sempre renovados pelas crianças que nascem, trazendo os novos tempos e os novos conhecimentos que nos fazem contemporâneos dos primeiros tempos e eternamente jovens e livres como os ventos» (p. 17); «O circo é a barraca, a casa, o abrigo, a liberdade. *A tchara*, como dizem os ciganos. O lar. O circo é circo-lar, é a casa da criatura humana de todas as idades, de todas as geografias» (p. 70).

4. Entre estas deambulações, vai-se esboçando, ao longo dos 24 capítulos em que a obra está dividida, uma aproximação mais objectiva ao *ethos* cigano, equa-

cionado quase sempre em abstracto, pois são poucos os momentos em que a realidade brasileira é directamente contemplada. Assim, são-nos apresentadas informações sobre o carácter oral desta civilização, sobre o nomadismo do seu povo, sobre o modelo matriarcal que o domina, sobre determinados ritos (como o casamento), sobre a culinária, ou sobre o acto de nomear uma criança, que assume aspectos verdadeiramente surpreendentes:

Ao nascer, a criança recebe, secretamente, seu primeiro nome *soprado* pela mãe, que não será conhecido por ninguém, nem pelo próprio pai. O nome é para preservar a criança das tentações dos demónios, dos entes e duendes. Os maus espíritos para azucrinar as crianças chamam pelo nome e a pessoa olha. A atenção e o olhar destroem as defesas. Os ciganos não olham, nem dão atenção, porque ignoram o seu primeiro nome. Eis a protecção, através dos tempos (p. 47).

A par deste tipo de abordagem, há momentos em que o autor coloca o importante problema da capacidade de resistência deste mundo ao tempo e às transformações que o acompanham. Se um optimismo conservador é a tónica dominante – «A permissividade dos tempos actuais não *tocaram* a autoridade nem os ideais éticos da família cigana. (...) O princípio da autoridade é mantido intocável e os pais ciganos não se deixam expropriar dessa prerrogativa» (p. 54) –, a questão é colocada frontalmente (embora não chegue a ser verdadeiramente discutida) numa ou noutra passagem, como quando o autor transcreve uma passagem do editorial do *Correio da Unesco* de Dezembro de 1984:

Sujeita à pressão de modelos culturais que ameaçam sua coesão e tradições, a sociedade cigana enfrenta actualmente, quase por toda a parte, novos problemas sociais e culturais. Hoje mais do que nunca, é fundamental uma tomada de consciência mais justa e um maior conhecimento da identidade do

povo cigano, seu passado e seu presente, para a cooperação mais estreita entre esse e os demais povos (p. 32).

Mas, em lugar de aprofundar este debate, Macedo prefere insistir nas várias formas de marginalização e de opressão de que o povo cigano tem sido vítima. Lembra assim que «Os ciganos através dos tempos, não poucas vezes foram *marcados* com sinetes infamantes, dado que a humanidade antiga não admitia que a infâmia não fosse permanentemente pública. Eram *marcas*, a ferro e fogo, em partes visíveis, ou roupas com sinais em cores específicas, gorros ou marcas indeléveis» (p. 75). Mas lembra também, remetendo para tempos mais próximos, um dos silêncios mais comprometedores da história: os muitos milhares de ciganos sujeitos a genocídio no decurso da II Guerra Mundial.

Os dois capítulos finais – responsáveis por cerca de metade das páginas do volume – apresentam-nos uma útil listagem das principais organizações ciganas internacionais e uma bibliografia bastante completa, repartida por várias secções.

Antes disso, porém, existem dois capítulos que deixam o leitor algo perplexo, na medida em que se apresentam deslocados do tema principal, ainda que estejam dominados pelas grandes linhas ideológicas que dominam a obra. O primeiro é consagrado à Eco-92 e, em forma de “flashes”, dá-nos conta de uma série de atentados ecológicos. O segundo é consagrado à arquitectura, e constitui um violento libelo contra aquilo que o autor considera uma «máquina infernal que tornou a morada do homem um negócio para alguns e uma possibilidade para a maioria esmagadora, tem a seu serviço o arquiteto que a tornou materialmente viável e de uma eficácia ideológica espantosa. Sem o arquiteto moderno jamais teria existido uma distorção imobiliária do capitalismo nos termos desumanamente alienatórios com que se verificou na civilização industrial do Ocidente» (pp. 105-106). Se a intenção pode ser considerada válida, a verdade é que o problema está mal colocado, o que prejudica comentários como este: «O arquiteto moderno será responsabi-

lizado no Dia do Juízo Final pela invenção dos formigueiros verticais, o mais diabólico expediente que se conheceu até hoje de valorização argentária de metragem quadrada da honesta e fecunda crosta terrestre que nos foi dada por Deus e, provavelmente, para fruição de todos...» (p. 105).

5. Como comentário final, podemos dizer que estamos perante uma obra que, sem ser brilhante, nem muito rigorosa, nem muito exaustiva, tem pelo menos a virtude de recolocar em discussão um problema que tende a ser esquecido, e de o fazer do lado de dentro e à luz de um novo valor – a ecologia –, inaugurando assim uma discussão que importa continuar. Cremos que a forma *avessa* que o autor usou – misturando estilos e linguagens, optando por uma visão feita de fragmentos nem sempre fáceis de articular a preferindo o confronto polémico à descrição objectiva – se revela adequada à intenção da obra, que é fundamentalmente de natureza interpelativa.

*Francisco Topa**

* Publicado em *Encontros*, n.º 1, Porto, Sociedade de Estudos e Intervenção Patrimonial, 1995, pp. 151-153.